

TRÊS TEMPOS DE FALA

Fernanda Aciolly

Pedagoga do DEGASE, lotada na unidade de semiliberdade CRIAAD SANTA CRUZ. É Especialista em Psicopedagogia pela UERJ e, também, atua como Professora do Ensino fundamental, anos iniciais, na Prefeitura de Nova Iguaçu.

O adolescente deve ser alvo de um conjunto de ações socioeducativas que contribua na sua formação, de modo que venha a ser um cidadão autônomo e solidário, capaz de se relacionar melhor consigo mesmo, com os outros e com tudo que integra a sua circunstância e sem reincidir na prática de atos infracionais. Ele deve desenvolver a capacidade de tomar decisões fundamentadas, com critérios para avaliar situações relacionadas ao interesse próprio e ao bem comum, aprendendo com a experiência acumulada individual e social, potencializando sua competência pessoal, relacional, cognitiva e produtiva. *Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE Parâmetros da Gestão Pedagógica no Atendimento Socioeducativo*

As breves linhas constituintes deste artigo surgem a partir das veredas trilhadas ao longo de 10 anos de prática profissional no Degase¹. Pude apresentar essa vivência na mesa Ações Antirracistas na Socioeducação, no Seminário Socioeducação e Relações Étnico-raciais, evento que fez parte do processo de formação continuada dos servidores do DEGASE, organizado pela Escola de Gestão Socioeducativa Paulo Freire - ESGSE, pelas Coordenações de Atenção em Saúde Integral e Psicossocial – COOSIP, de Educação, Cultura, Esporte e Lazer – COOECCEL e pelo Núcleo de Estudos Afro-brasileiros do Degase – NEAB-D, em dezembro de 2023, na Procuradoria-Geral do Estado - PGE, no Rio de Janeiro. Acreditando que as experiências diárias, sozinhas, não são suficientes para dar conta das problemáticas advinda da realidade atual encontrada no Sistema socioeducativo, realidade essa que muito figura entre as questões raciais, a pobreza, a falta de recursos de saúde e etc. Busquei o auxílio de outras vertentes (psicologia e do serviço social) para compreender melhor a natureza do trabalho.

E usar outras vertentes têm muito a ver com as trocas realizadas com profissionais ímpares, que cruzaram e cruzam nosso caminho fazendo do sistema socioeducativo um lugar de acolhimento, não só institucional. Aprendemos que dividir nossas angústias e frustrações traz um alento à alma, ao coração.

Neste espaço onde os adolescentes recebidos trazem consigo uma bagagem muito maior do que as estigmatizações sociais e a institucionalização podem supor. Percebe-se a necessidade de um trabalho focado não apenas na garantia de direitos, mas no próprio reconhecimento do sujeito como portador de uma história, uma cultura, um sonho. Muitas vezes negado ou subtraído ao longo das insidiosas relações de poder e controle sociais.



Os ninguéns: os filhos de ninguém, os dono de nada.
Os ninguéns: os nenhuns, correndo soltos, morrendo a vida, fofidos e mal pagos:
Que não são embora sejam.
Que não falam idiomas, falam dialetos.
Que não praticam religiões, praticam superstições.
Que não fazem arte, fazem artesanato.
Que não são seres humanos, são recursos humanos.
Que não tem cultura, têm folclore.
Que não têm cara, têm braços.
Que não têm nome, têm número.
Que não aparecem na história universal, aparecem nas páginas policiais da imprensa local.
Os ninguéns, que custam menos do que a bala que os mata.

Eduardo Galeano em O Livro dos Abraços

Em um universo onde as regras não só estão inscritas no real, onde a frase de Lacan: “O sintoma é a inscrição do simbólico no real” tem seu sentido reforçado ao verificarmos que a violência não é pura e gratuita como a maior parte da sociedade crê. Lá, no Sistema, onde são cerceados de uma identidade, sufocados por desejos externos de uma realização que não lhes compete, muitos adolescentes são rotulados e inscritos sob a alcunha “ninguém”.

A questão a qual nos remetemos neste artigo refere-se às contribuições oferecidas aos adolescentes privados de liberdade quando socialmente os despimos de sua subjetividade em prol de uma denominação imbuída de estigmas e estereótipos punitivos.

Por um lado, temos a sociedade gritando pela punição dos crimes cometidos e de outro a espera desmedida por transformações a níveis psíquicos condicionados a uma realidade atroz. Responsável pela própria descaracterização do sujeito: observado na representação Institucional das unidades socioeducativas de internação a partir da utilização de uniformes, da obtenção de um número, da raspagem do cabelo, da espera por resultados que devem ocorrer em prazos determinados, da não compreensão da história de vida de cada indivíduo.

Lembro-me bem quando um caso midiático chegou à unidade. O garoto havia cometido um latrocínio. O seu rosto estava estampado em todas as

mídias. Era difícil atendê-lo, porque acreditar em alguém a essa altura do campeonato era muito difícil para ele. Depois de muitas intervenções da equipe de referência, conseguimos ouvir dele um pedaço de sua história. A família também compareceu ao atendimento. havia em nossa frente uma mãe alcoolizada, que precisava se manter assim para não pensar em tudo que passava. Cinco anos antes ela saiu para trabalhar e quando voltou um dos filhos estava estirado na rua, morto ao ser atropelado. Era esse garoto, envolvido com tudo isso quem cuidava dos irmãos menores e deveria ter evitado a morte do irmão. Ele nunca foi ao psicólogo, nunca teve acesso ao CAPS². Naquele momento, aquela dor ganhou um nome, uma escuta e um lugar de acolhimento. Sobre o garoto...ficou apreendido por três anos. Conseguiu um jovem aprendiz em uma instituição Estadual e a última notícia que tivemos estava seguindo a vida...

Contudo, o envolvimento do adolescente com a criminalidade não é exclusividade de famílias desfeitas, pobres e marginalizadas. É óbvio, que esses fatores contribuem em larga escala para a formação da clientela socioeducativa. Mas o desejo, a carência, a incoerência, o abandono não seguem apenas os filhos negros e pobres das periferias. Seguem a todos que não conseguem reconhecer em si, de forma valorativa, o potencial mutável e transformador do próprio caminho.

Inúmeros estudos revelam que o adolescente autor de ato infracional, possui um grau de escolaridade abaixo do esperado. Rompem-se os laços familiares, escolares por falta de identificação ou, simplesmente, porque os padrões existentes dentro destes espaços já não preenchem a amplitude do que se pretende ser.

D. era um garoto extremamente envolvido com a criminalidade. Aos 9 anos de idade saiu de casa, fugindo de uma relação familiar marcada por violência doméstica. Aos 9 anos de idade, para onde ir? Mas, D. era muito “safo”. Ando de casa em casa...até ter dinheiro para ter a sua própria casa. Dormiu ao relento, viu bichos e gente morrendo. Quando ele chegou à unidade para cumprir sua MSE³ de semiliberdade, já estava com 18 anos. Pasmem era sua primeira passagem. Esse tempo todo D. esteve dentro da Cidade de Deus. Não sabia ler, nem escrever. Tinha retomado a pouco tempo o convívio familiar. Levou quase dois meses para aprender a pegar um ônibus até a unidade, sua vida inteira estava dentro da CDD⁴.

Duas semanas depois de ser matriculada fui chamada à escola. D havia acionado o extintor de incêndio e deveríamos pagar pelo prejuízo. Antes de ir a escola chamamos o adolescente para conversar. Ele entrou bastante entristecido e de imediato se desculpou. Disse que sempre quis saber como funcionam os extintores. Levamos o adolescente até a escola e pe-

dimos para explicar o que aconteceu. A direção compreendeu e percebeu que não passava de uma situação pontual.

A escola nesse caso teve fundamental importância na alfabetização desse adolescente. Que não se concluiria em 45, 60 ou 90 dias como prega o PIA (plano de desenvolvimento individual). Ali, em um curto espaço de tempo, sem usar nenhuma palavra fortaleceu vínculos importantíssimos e construiu nas ruínas de uma não existência o pertencer.

Nesta mesma semana, fomos convidados a ir até o centro da cidade em uma exposição. Quando passamos perto do aeroporto, havia um avião decolando. Quando o adolescente percebeu, grudou no vidro e começou a gritar é de verdade dona técnica, é um avião mesmo.

Existem as leis, entendemos a natureza do trabalho. Mas, a dimensão humana na realização de ações tão pequenas, isso nunca iremos atingir enquanto nossos olhos e afetos estiverem voltados aos padrões, ao esperado. Já não sei quantas almas eu toquei, eles saberão.

Entretanto, dentro do sistema socioeducativo a realidade é um tanto diferente, qual é o momento em que é possibilitado a este sujeito ser um produto diferente de suas escolhas anteriores? Dentro da escola, na qual passou anos distantes, sendo agora obrigado a retornar após várias andanças? Ou será que em sua inserção em cursos profissionalizantes distantes de sua realidade, interesse?



Todas as palavras tomadas literalmente são falsas.
A verdade mora no silêncio que existe em volta das palavras.
Prestar atenção ao que não foi dito, ler as entrelinhas. A atenção flutua:
toca as palavras sem ser por elas enfeitiçada. Cuidado com a
sedução da clareza!
Cuidado com o engano do óbvio!

Rubem Alves

Muito se fala do cometimento do ato infracional, mas pouco se fala do adolescente infrator, de sua família, da padronização de suas histórias, do seu envolvimento com as drogas, das fugas, dos arranjos familiares tão diferentes do esperado.

Considerando a adolescência como uma fase de desenvolvimento na qual o indivíduo passa por um momento de particular fragilidade. E como fase de transição é caracterizada como uma crise na qual predomina a desorientação, a procura da própria identidade e revivências ocorrem sobre as marcas do contexto familiar, social e cultural.

O conhecimento sobre o desenvolvimento cognitivo e afetivo dos adolescentes em conflito com a lei possibilita maiores intervenções no sentido de ampliá-los por meio do diálogo. Afinal, a educação não pressupõem a exclusão ou a seleção. Existe com a finalidade de promover o homem a outros patamares existenciais e ao compartilhamento do conhecimento.

Contudo, em pleno século XXI a sociedade ainda se encontra alicerçada sobre paradigmas de uma educação formativa focada pura e simplesmente na transmissão de informação na criação de rotinas que não contemplam a complexidade do SER. Ao adolescente infrator, que não se sente parte deste contexto educativo, não só pelo acesso, mas por não se reconhecer dentro deste sistema de padronizações tão distante de sua realidade, resta o desprezo de sua criatividade, do desejo de aprender, da capacidade de adaptação a situações diferentes, do pensar, do sentir.

Sendo a educação o ponto culminante entre o contexto familiar e a cultura oportunizando as relações diretas com o mundo circundante onde se está inserido. Cabe a ela respeitar e valorizar também as vivências de cada sujeito. Só assim, compreendendo subjetividades, seremos capazes de efetivar seus objetivos na construção de um conhecimento próprio que os conduzirá a tão sonhada autonomia, lhes permitindo atuar de forma consciente e transformadora sobre as diversas realidades existentes.

O não aprender pode estar envolvido com problemas emocionais e com aspectos inconscientes do sujeito. Assim como questões sociais e pedagógicas com as dificuldades de aprendizagem originadas na história pessoal e familiar do adolescente. Nesse conjunto de fatores à dosagem de informações, a estruturação familiar, a organização geral do sujeito e vários outros aspectos influem direta ou indiretamente no desenvolvimento e na aprendizagem.

Já dizia Weiss: “A aprendizagem é um processo de construção que se dá na interação permanente do sujeito com o meio que o cerca. Meio esse expresso inicialmente pela família, depois pelo acréscimo da escola, ambos

permeados pela sociedade em que estão. Essa construção se dá sob a forma de estruturas complexas”.

É necessário priorizar os aspectos emocionais e a identidade assumida nas diferentes esferas da coletividade: nos relacionamentos, no espaço pedagógico e fora dele, nos grupos, na família para que relacionando com seus sentimentos e emoções, Permitindo ao adolescente (re) significar qualitativamente o processo de ensino-aprendizagem.

Conforme Winnicott (1995) é através da elaboração do impulso destrutivo no mundo interior da criança ou do adolescente, que se converte finalmente, no desejo de reparar, de construir, e de assimilar a responsabilidade daquilo que lhe é conferido como um ato infracional.

O objetivo dos atendimentos multiprofissional é promover um espaço de (re) significação através da reflexão e conscientização acerca de sua história de vida, suas relações intrapessoais, os motivos que o levaram ao cometimento do ato infracional. A fim de que haja a mobilização de seus recursos internos para que possa desenvolver o autocontrole; aumentar sua estima pessoal inteirar-se com o meio social, elaborar seus conflitos, compreender os limites, solidificar os vínculos familiares.

Afinal, todos esses aspectos se ligam a afetividade, que tem relevância fundamental no processo ensino-aprendizagem no que diz respeito à motivação, avaliação e relação com o outro. Nesse aspecto, o fator emocional serve de referência para que se trabalhe, não só elementos da construção do real, mas também a constituição do próprio sujeito, como os valores e o caráter.

O adolescente que se sente aceito, valorizado e respeitado adquire autonomia e confiança. Aprende desenvolvendo um sentimento de autovalorização e importância. Possibilitando sua autoestima, algo que se aprende a partir de opiniões positivas sobre si mesma e sobre os outros, o que facilita sua

aprendizagem.

A autoestima é extremamente necessária, pois, é fundamental nas ligações entre o cognitivo, corporal e o pedagógico. Apoiando os debates que resultarão no enfrentamento de problemas de convivência que possam atrapalhar o aprendizado não se concebe o ensino sem que haja aprendizado.

A Segurança deriva deste estado de ânimo refletindo sobre as decisões a tomar em suas vidas, principalmente, no que tange o mercado de trabalho. Possibilitando conquistas maiores e mais compatíveis com as próprias competências. Já que, a realidade dos adolescentes em conflito com a lei, em geral, apresenta a negação de suas próprias capacidades.

É preciso pensar que todos podem e devem aprender. Entretanto, isso só é possível quando melhoramos a qualidade de nossas relações, de aprimoramento pessoal e de uma ação constante e efetiva para acompanhar a velocidade das mudanças dos desejos e de suas necessidades. E isso, compreende o contexto destes adolescentes, sobretudo, o todo afetivo que os envolve.

Assim, alicerçando as estruturas do pensar, conseguirá sobrepor a violência massacrante que o acompanha nas noites insones, nas jornadas dupla de trabalho, no ônibus lotado, na escassez de opções, na insegurança das ruas, no esgoto que passa ao lado da casa, na casa condenada pela defesa civil, no frio que entra todas as noites pelas frestas da janela, na impossibilidade do ter, do ser e do vir a ser. Enfim, ter a vida violada diariamente. Porque nenhum deles se tornou infrator sem antes ter sido violentado: fisicamente, moralmente, psicologicamente, eticamente, intrafamiliar, institucionalmente e até sexualmente.

Os adolescentes almejam carinho, afeto e atenção. Cabe aos profissionais que se deparam cotidianamente sensibilizar-se com suas amargas histórias e acreditar no poder de superação desses seres que sofrem, oferecendo-

lhes proteção e um atendimento eficiente que compreenda a construção de limites, implicando a existência do outro e o acolhimento.

Sobretudo, sobre seus desvios. Não para lhes oferecer redenção ou fazê-los esquecer sobre sua culpabilidade nos crimes e atos cometidos, mas para que através do desvio seja possível encontrar a falha ambiental que o impossibilita ser sujeito. Pois, vive desde então, sobre a sombra de uma desigualdade, onde precisa subtrair do outro para se sentir igual, para ser reconhecido enquanto é.

Afinal, atualmente resta ao adolescente infrator não ser o que é possível, nem tão pouco o que lhe foi planejado. No meio desse turbilhão entre o ser ou não ser. Há sempre a questão sobre o que somos, quem somos e onde nos é possível ser. Rômulo Queiroga (pintor Boliviano), disse: “O olho vê, a lembrança revê e a imaginação transvê. É preciso transver o mundo.” É preciso (re) significar transformando as histórias em outras maiores, melhores, múltiplas sem perder ou descaracterizar aquilo que é nosso em natureza e vivência.

NOTAS

1. O Departamento Geral de Ações Socieducativas - DEGASE é um órgão do Governo do Estado do Rio de Janeiro, que executa as medidas judiciais aplicadas aos adolescentes em conflito com a lei.
2. Centro de atenção psicossocial - são lugares onde oferecem serviços de saúde abertos para a comunidade. Uma equipe diversificada trabalha em conjunto para atender às necessidades de saúde mental das pessoas, incluindo aquelas que enfrentam desafios relacionados às necessidades decorrentes do uso prejudicial de álcool e outras drogas. Esses serviços estão disponíveis na região e são especialmente focados em ajudar em situações difíceis ou no processo de reabilitação psicossocial.
3. Medida socioeducativa - São medidas aplicáveis a adolescentes envolvidos na prática de um ato infracional. Estão previstas no artigo 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o qual apresenta, de forma gradativa, as medidas a serem aplicadas, desde a advertência até a privação de liberdade.
4. Cidade de Deus, bairro da cidade do Rio de Janeiro

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERGARIA, JASON. Direito Penitenciário e Direito do Menor. Belo Horizonte Editora Mandamentos, 1999.

ARANTES, V. A. Afetividade, cognição e moralidade na perspectiva dos modelos organizadores do pensamento. In: ARANTES, V. A. (Org.). Afetividade na escola: alternativas teóricas e práticas. 2. ed. São Paulo: Summus, 2003.

BRASIL (1990) Estatuto da Criança e do Adolescente. Presidência da República.

BRASIL, Presidência da República. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei 8.069/90. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 13 jul. 1990. Disponível em: [HTTP://WWW.PLANALTO.GOV.BR/CCIVIL_03/LEIS/L8069.HTM](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). ACESSO EM: 20 DE JUL. 2014.

CHAUÍ, M. Ética e violência. Revista Teoria e Debate. Ano 11, n.º 39, p.36-37, 1998.

RIZZINI, Irma. (2005) “O surgimento das instituições especializadas na internação de menores delinquentes”. In: ZAMORA, Maria Helena. (org.). Para além das grades: elementos para a transformação do sistema socioeducativo. Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Loyola.

SALTINI, CLAUDIO J. P. Afetividade & Inteligência a emoção na educação. Rio de Janeiro, 2008.

SOUZA, NOELMA CAVALCANTE(2004). O poder disciplinar uma leitura em vigiar e punir. Saberes, Natal – RN, v. 1, n.4, 2010.

TIBA, Içami. Puberdade e adolescência: desenvolvimento biopsicossocial. São Paulo: Agora,1986.

VILHENA, J. (2004) “Repensando a Família”. In: Revista Psicologia do Portal do Psicólogo, Retirado em 15 de abril de 2011 de [HTTP://WWW.PSICOLOGIA.COM.PT/ARTIGOS/TEXTOS/A0229.PDF](http://www.psicologia.com.pt/artigos/textos/A0229.pdf)

VILHENA, J. A arquitetura da violência: reflexões acerca da violência e do poder na cultura. Cadernos de Psicanálise, 18 (21), 2002

VILHENA, J.; MAIA, M.V.C.M. Agressividade e violência: reflexões acerca do comportamento antissocial e sua inscrição na cultura contemporânea. *Revista Mal-estar e Subjetividade*. Fortaleza, v. II, n.º 2, p. 27-58, 2002.

VILHENA, J.; MAIA, M.V.C.M. Nos deram espelhos e vimos um mundo doente. Reflexões sobre agressividade, comportamento antissocial e violência na cultura. *Revista Eletrônica de Psicologia da Faculdade de Ciências da Saúde - FASU*. Santa Catarina, v. I, n. 1., 2003.

VYGOTSKY, L. S.. *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1988

WEISS, Maria Lucia Lemme. *Psicopedagogia clínica: uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar*. 14. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lamparina, 2012.

WINNICOTT, D. W. (1987). *Natureza e origens da tendência anti-social*. In D. W. Winnicott *Privação e delinquência*. São Paulo: Martins Fontes.

WINNICOTT, D. W. *Psicoterapia dos distúrbios de caráter*. In: WINNICOTT, D. W. *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. São Paulo: Artmed, 1983

ZAMORA, M. H (2005). "A lógica, os embates e o segredo: uma experiência de curso de capacitação com educadores". In: Zamora, Maria Helena (org.). *Para além das grades: elementos para transformação do sistema sócio-educativo*. Edições PUC-Rio e Loyola, Rio de Janeiro e São Paulo.

ZAMORA, MARIA HELENA (2004). "Outra América Latina para los niños y adolescentes". In: RIZZINI, Irene, ZAMORA, Maria Helena, FLETES, Ricardo (orgs.). *Niños y adolescentes creciendo em contextos de pobreza, marginalidad y violencia en América Latina*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, CIESPI, Childwatch Internacional. Zamora, Maria Helena (2008). *Os corpos da vida nua: Sobreviventes ou resistentes?* In: *Latin American Journal of Fundamental Psychopathologie*. Online. São Paulo, v. 5, n. 1, p. 104-117.